



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

### EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira<sup>1</sup>  
Erika Rafaela Sousa Ataíde<sup>2</sup>  
Cristiane Tavares de Aguiar<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo consiste num relato da experiência relacionada ao projeto de extensão realizado junto à coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande (PB), que teve por objetivo contribuir para o fortalecimento da organização política e articulação das lutas sociais dessa entidade. O artigo discute o desenvolvimento do projeto, desafios enfrentados e os principais resultados alcançados.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Serviço Social; Movimentos Sociais.

**Abstract:** This article is an account of the experience related to the extension project carried out with the Campina Grande (PB) Mothers Club Coordination, whose objective was to contribute to the strengthening of the political organization and articulation of the social struggles of this entity. The article discusses the development of the project, the challenges faced and the main results achieved.

**Keywords:** University Extension; Social service; Social movements.

## 1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui-se como uma importante forma de interação entre universidade e sociedade, possibilitando não apenas a troca de saberes acadêmicos e populares, mas também o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto no Artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988. (BRASIL, 1988).

Assim, partimos da definição de extensão proposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012): “A Extensão Universitária [...] é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”. Como tal, consideramos que no contexto atual de contrarreformas, em que a universidade vem sendo cada vez mais orientada por uma razão instrumental que enfatiza o tecnicismo, o pragmatismo, o ensino aligeirado e precarizado, em que a pesquisa e a

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: sandraameliasampaio@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: sandraameliasampaio@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: sandraameliasampaio@gmail.com.

extensão são praticamente inexistentes, é necessário destacar a importância da extensão para uma formação profissional de qualidade e socialmente referenciada.

O cenário posto para a educação impõe, portanto, um enorme desafio para a efetivação do princípio constitucional anteriormente mencionado, reafirmado nas diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, estabelecidas pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta as determinações acerca da extensão universitária previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a exemplo da institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular ao estabelecer, em seu Art. 4º, que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. A resolução determina ainda que as instituições de ensino superior terão o prazo de até três anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nessas Diretrizes (BRASIL, 2019).

Desenvolver a extensão universitária, como instrumento de troca dialógica e crítica de saberes com a sociedade, é inclusive uma estratégia de resistência aos desmontes de direitos que o país vem atravessando. A extensão, especialmente se realizada junto a movimentos sociais que vem se organizando em torno da afirmação e conquista de direitos sociais, propicia o cumprimento do papel social da universidade de formar estudantes críticos e responsáveis que possam, em conjunto com os demais sujeitos da comunidade acadêmica envolvidos nesse processo, contribuir para o enfrentamento das desigualdades da sociedade brasileira (BRASIL, 2019). Essa perspectiva coaduna-se com o projeto ético-político do Serviço Social, que tem uma direção social fundamentada em valores pautados em processos emancipatórios.

Com esse direcionamento, a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais através de ações extensionistas tem o potencial de contribuir para formar profissionais com um perfil diferenciado, atento às demandas emancipatórias dos grupos subalternos, que incorpora novas temáticas e recria suas funções (MARRO, 2011), com competência para atuar numa frente em potencial para a profissão, mas, segundo Matos (2009, p. 522), “[...] pouco explorada pelos assistentes sociais, que é a assessoria a organização política dos usuários. [...]”.

Assim, a experiência de extensão universitária que será relatada neste artigo foi realizada junto à Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande (CCMCG), que conta com 61 Clubes de Mães (CM's) afiliados e está completando, no ano em curso, 50 anos de existência. A ação extensionista com essa entidade dá continuidade a um processo de aproximação com alguns CM's e com a CCMCG ao longo dos anos 2000, através da

realização de projetos extensionistas anteriores que constituíram na base para o projeto desenvolvido no período de 2017 a 2018.

A experiência aqui relatada foi motivada pela identificação da necessidade de contribuir para o fortalecimento da organização política da CCMCG, tendo em vista que a continuidade da assessoria realizada foi solicitada expressamente pela presidente da entidade e reforçada nas atividades desenvolvidas com as representantes dos CM's afiliados, quando as mesmas avaliaram que o apoio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) era fundamental para as suas lutas.

No presente artigo, apresentamos inicialmente alguns elementos da trajetória de constituição dos CM'S e da CCMCG, para em seguida nos determos na experiência de extensão sinalizando, ao longo da discussão, alguns desafios enfrentados e resultados obtidos, bem como as possíveis contribuições para a formação profissional de discentes do curso de Serviço Social e para as entidades dos movimentos sociais diretamente envolvidas na realização do referido projeto de extensão.

## **2. A COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE: BREVE REGISTRO DA SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

Os Clubes de Mães (CM's) surgem em Campina Grande a partir de 1963 e tinham inicialmente um caráter de reunir as mulheres para compartilhar experiências cotidianas, desenvolver atividades ocupacionais e ajudarem-se mutuamente. Aos poucos foram se tornando espaço de organização, mobilização popular e participação política das mulheres, ao se voltarem para a busca por direitos e melhores condições de vida expressas, por exemplo, na luta pela conquista de equipamentos coletivos como creche, escola, posto de saúde, moradia, etc. (OLIVEIRA, 2014).

O cenário de crise econômica, política e social dos anos de 1960 fomentou diversas formas de luta e resistência da classe trabalhadora, propiciando a emergência do movimento popular tanto no âmbito local quanto nacional. Porém, segundo estudos de autores como Sader (1988), Viezzer (1989) e Oliveira (2008), a criação dos primeiros Clubes de Mães no Brasil ocorreu na década de 1950, contando com o estímulo de agentes externos como a Igreja Católica, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), prefeituras municipais e até por intermédio de entidades como o Lions Club.

O processo histórico de constituição dos Clubes de Mães e outras formas de organização do movimento popular de bairro, como Sociedades Amigos de Bairros (SABs), Associações de Moradores, etc, criados no contexto contraditório das décadas de 1950 e 1960, tem forte influência da ideologia desenvolvimentista que propalava o discurso de participação popular, como forma de assegurar o controle sobre a classe trabalhadora e a sua adesão ao modelo de desenvolvimento em curso no período. Desta forma, era frequente essas entidades terem uma atuação marcada pelo assistencialismo e clientelismo, decorrente da estreita vinculação com o poder público local. (OLIVEIRA, 2014).

No contexto de Campina Grande, a estruturação do movimento popular de bairro também contou com a participação decisiva de agentes externos, especialmente da Faculdade de Serviço Social que contribuiu não apenas para a fundação dos Clubes de Mães<sup>4</sup> e da Coordenação dos Clubes de Mães, mas também das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e da União Campinense de Equipes Sociais (UCES).<sup>5</sup> O protagonismo da Faculdade de Serviço Social nesse processo expressa a ênfase no desenvolvimento de comunidade, impulsionado nesse momento histórico pela aproximação da profissão com a ideologia desenvolvimentista, e também a necessidade concreta de abertura de campos de estágio para o corpo discente do curso de Serviço Social junto a essas entidades.

Apesar da presença marcante da Faculdade de Serviço Social na criação dos Clubes de Mães (CMs) e da Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande (CCMCG), tais entidades surgem a partir de necessidades concretas vivenciadas pelas participantes dessas entidades. Vale salientar que o movimento social

[...] é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões - o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Assim, embora inicialmente tenha havido uma forte influência de entidades externas, como a Faculdade de Serviço Social, que enfatizavam uma atuação voltada ao “[...] repasse de informações sobre organização familiar, higiene e trabalhos manuais [...]” (OLIVEIRA, 2014, p.124), direcionamento também evidenciado através da assessoria dada aos CM’s na

---

<sup>4</sup> Os primeiros CM’s que surgiram foram: Clube de Mães Anita Cabral, situado na localidade denominada Tambor, fundado em 1963; Clube de Mães Iza Leal, situado no bairro Santa Rosa, fundado em 1964; Clube de Mães Maria Arruda da Silva, no bairro José Pinheiro, fundado em 1965. (OLIVEIRA, 2014).

<sup>5</sup> A UCES foi fundada em 1964 e congrega diversas entidades do movimento popular, como as SABs, os CMs, a Coordenação dos Clubes de Mães e Associações de Moradores.

década de 1970 pela Secretaria de Bem-estar Social de Campina Grande (SETRABES), a necessidade de enfrentar as precárias condições de vida está presente desde o surgimento dos CM's, ganhando força e criticidade política a partir dos anos de 1980 com a aproximação a outros movimentos sociais e a partidos políticos de esquerda, redimensionando as lutas por acesso a direitos e aos chamados bens de consumo coletivo, e a afirmação dos direitos das mulheres e do seu papel político e social na sociedade, com uma abordagem de gênero (Ibid, 2014).

A necessidade de articular e coordenar a organização dos 15 Clubes de Mães que foram criados na década de 1960 em Campina Grande motivou o surgimento da CCMCG, fundada em 01 de junho de 1969, sendo denominada, conforme o seu Estatuto (2009):

[...] uma sociedade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que congrega os Clubes de Mães da cidade de Campina Grande e do estado da Paraíba, com caráter educativo, social, assistencial, beneficente e reivindicatório [...].

Com a criação da CCMCG, os CM's passaram a ter um direcionamento comum, adotando a prática de realizar assembleias mensais que possibilitassem uma avaliação das ações e discussões de estratégias de luta conjunta. Esse papel articulador de aglutinar os clubes e orientar seu funcionamento possibilitou uma maior visibilidade dessas organizações, bem como a sistematização das atividades e uma certa unidade de ação, a partir da discussão conjunta acerca das necessidades concretas das comunidades. Como afirma Santos (2008, p.16):

Os movimentos populares elaboram os seus próprios projetos na prática cotidiana, no desenrolar das lutas, [...]. Durante esse processo, os participantes dos movimentos descobrem seus direitos sociais, se conscientizam das causas da segregação socioespacial, identificam os espaços socialmente diferenciados [...]. (SANTOS, 2008, p.16).

A CCMCG é mantida financeiramente com a mensalidade dos CM's filiados e a sua direção é formada por presidentes dos clubes, escolhida através de processo eleitoral para cumprir um mandato de quatro anos. A quantidade de CM's filiados varia a cada ano, pois ocorre um processo dinâmico tanto de criação de clubes quanto de desfiliação. Tendo como instância máxima de deliberação a assembleia geral, realizada ordinariamente na primeira segunda-feira de cada mês em sua sede, a entidade atua no sentido de aglutinar os referidos clubes e mediar, sempre que possível, as relações entre estes e os poderes constituídos em nível local, estadual e federal. Assume, portanto, um papel de articulação,

coordenação e representação do coletivo junto aos poderes constituídos, sendo reconhecida como entidade representativa dos CM's junto a vários conselhos de direitos no município.

Os CM's e a CCMCG se constituem, portanto, importantes componentes do movimento popular de Campina Grande, com uma trajetória de avanços e recuos políticos e sociais desde a década de 1960 até os dias atuais, sendo espaço de aprendizado e de troca de experiências para as participantes do movimento. A CCMCG contava, até o ano de 2018, com 61 clubes de mães afiliados, situados na zona urbana e rural do município, que totalizam aproximadamente 3 mil sócias.

No atual contexto de retrocessos e desmonte de direitos sociais e das liberdades democráticas, entendemos que é fundamental fortalecer os movimentos sociais e as organizações representativas das classes subalternas, para articular e dar visibilidade às suas lutas. É nesse sentido que foi realizado o projeto de extensão, cuja experiência será relatada a seguir.

### **3. A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO JUNTO À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE**

O projeto de extensão desenvolvido teve por objetivo geral contribuir para o fortalecimento da organização política e articulação das lutas sociais através da assessoria à CCMCG e como objetivos específicos contribuir com o fortalecimento e articulação das práticas associativas locais, propiciar momentos de discussão acerca da conjuntura nacional, dos direitos sociais e da estruturação de estratégias coletivas de afirmação da cidadania, e sistematizar a trajetória de lutas da CCMCG, no intuito de dar visibilidade para as conquistas e desafios enfrentados por esta entidade.

A realização do projeto pautou-se numa metodologia participativa, tendo por referência a Educação Popular Freiriana (VASCONCELOS; CRUZ, 2013), na qual a presença constante do diálogo com as participantes das entidades que constituíram o público-alvo em torno das demandas emergentes no cotidiano da CCMCG e dos CM's afiliados nortearam a (re)definição e condução das ações realizadas.

A assessoria à CCMCG foi uma das estratégias utilizadas para contribuir com o fortalecimento da organização política e articulação das lutas sociais travadas pela entidade. Nesse sentido, consideramos necessário fazer algumas ponderações acerca do seu significado, tendo em conta a sua importância para o Serviço Social como profissão e na interação com os movimentos sociais, especialmente numa experiência extensionista.

A partir da década de 1990 a assessoria é inserida na Lei 8662/93 como competência do assistente social, especificada no artigo 4º, incisos VIII e IX. Também é considerada atribuição privativa na Lei 8662/93, artigo 5º, inciso III, quando estiver relacionada à matéria própria do Serviço Social. A assessoria ocorre através “[...] da disponibilização de conhecimentos e informações para subsidiar a ação de outros profissionais, de entidades, de organizações populares, entre outros, na busca de reconhecimento de direitos e/ou qualificação de serviços e políticas sociais.” (ROMA et al, 2016, p.4).

A assessoria à CCMCG se deu através do acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas por essa entidade, a exemplo das assembleias gerais das quais participávamos tanto prestando orientações quanto levantando questionamentos e reflexões em torno das pautas definidas pela diretoria, na tentativa de fomentar um debate crítico em torno de questões muitas vezes tratadas de forma naturalizada e/ou espiritualizada, já que há uma forte perspectiva religiosa na condução das ações da entidade. Nesse processo, levamos em conta as ponderações de Matos (2006, p.32), de que “[...] o assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional e à equipe que assessora e estes têm autonomia de acatar ou não as suas proposições.”

A assessoria também ocorreu por ocasião de algumas reuniões da diretoria, contribuindo para identificar demandas e discutir possíveis encaminhamentos junto às diretoras. E ainda através da presença semanal das estudantes extensionistas na entidade, prestando orientação acerca da elaboração de documentos e encaminhamentos de demandas emergentes, tanto da CCMCG quanto dos CM's.

Além da assessoria, outras atividades também foram realizadas visando contribuir para o aprofundamento das discussões em torno dos direitos sociais e para fomentar a busca de estratégias coletivas de luta, tais como rodas de conversa na CCMCG e palestras nos CM's filiados, acerca de temas definidos pelas respectivas diretorias.

Foram realizadas quatro rodas de conversa. A primeira teve como tema a conjuntura nacional e o processo de desmonte de direitos. As demais voltaram-se para a discussão das políticas sociais na mediação dos direitos sociais, com ênfase nas políticas que compõem a seguridade social: assistência social, saúde e previdência social, que foram discutidas em rodas de conversa específicas para cada uma delas. As diversas rodas de conversa contaram com a contribuição de profissionais convidadas, professoras da UEPB, tanto do próprio departamento de Serviço Social quanto de Sociologia, e de uma assistente social do INSS, favorecendo um diálogo interdisciplinar que teve como contrapartida uma significativa

participação (qualitativa e quantitativa) das integrantes dos CM's e das dirigentes da CCMCG.

As rodas de conversa resultaram em momentos de rica discussão sobre as contrarreformas e sobre a importância da organização de lutas coletivas para a defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas, contribuindo para a formação política das participantes frente ao atual cenário. A dinâmica participativa e dialógica utilizada nas rodas de conversa incentivou as participantes a levantarem questões e fazerem as suas reflexões sobre os temas em tela, inclusive com alguns tensionamentos, especialmente no segundo semestre de 2019, período da campanha eleitoral, em virtude do atrelamento político partidário de algumas lideranças do movimento com candidatos que se posicionavam numa perspectiva neoliberal.

O material utilizado nas rodas de conversa foi socializado para que cada participante levasse o debate para seus respectivos clubes de mães, de modo a promover um efeito multiplicador dessas discussões, com possíveis desdobramentos na organização das lutas junto às comunidades em que cada CM está inserido.

A realização das rodas de conversa foi estratégica para o cumprimento dos objetivos que nortearam o projeto de extensão, anteriormente mencionados. Além disso, tiveram um caráter pedagógico no que tange à formação das estudantes envolvidas, possibilitando vislumbrar possibilidades de construir mediações para a materialização do projeto ético-político profissional que adota uma direção social

[...] a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. [...] (NETTO, 1999, p. 16).

As palestras realizadas junto aos CM's foram outra estratégia pedagógica utilizada no projeto, nas quais buscamos estimular a participação das pessoas na discussão, construindo a exposição dos temas a partir das vivências e saberes da própria comunidade, bem como estimulando o desenvolvimento de atividades que deem visibilidade às ações realizadas pelos CM's nos bairros, visando motivar a adesão de novas integrantes e favorecer o fortalecimento das lutas coletivas através da articulação de forças com outras entidades existentes, como SAB, associação de moradores, pastorais sociais, etc.

No que tange especificamente ao objetivo de sistematizar a trajetória de lutas da CCMCG, recorreremos à pesquisa documental junto aos livros de ata da entidade, álbuns



de fotografias, entrevistas com sócias e diretoras da entidade e a realização de um grupo focal com diretoras que participaram de diferentes gestões. Por ocasião da presença sistemática semanal das estudantes na CCMCG, foi possível levantar os documentos disponíveis para sistematizar essa trajetória. Nessa ocasião, identificamos que não há uma adequada conservação dos registros históricos como os livros de ata, pois boa parte estava em condições precárias para o manuseio e outros não foram localizados.

Diante disso, nos deparamos com o desafio de obter as informações necessárias para a sistematização, o que motivou a realização do grupo focal para levantar informações acerca da história da coordenação. O grupo focal e as entrevistas individuais foram registradas em vídeo e constituíram-se em material para o documentário sobre a CCMCG, que além de registrar a história de luta da entidade contribuirá para difundir e dar visibilidade a mesma, especialmente por ocasião das comemorações dos 50 anos da CCMCG.

Durante a pesquisa documental, as estudantes envolvidas na extensão digitalizaram parte dos documentos encontrados e tentaram sensibilizar a diretoria da CCMCG para a importância da conservação dessa memória, como patrimônio da entidade, e da história dos movimentos sociais em Campina Grande.

A pesquisa realizada para subsidiar a sistematização teve como resultado a elaboração de um documento, por parte das estudantes extensionistas, intitulado “Uma breve cronologia da trajetória da Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande”, e a produção de um documentário (vídeo) que contou com a colaboração de duas discentes do curso de Comunicação Social da UEPB, que contribuíram para dar visibilidade às lutas da entidade e aos sujeitos históricos desta trajetória de 50 anos de existência.

A elaboração da sistematização da trajetória histórica da CCMCG possibilitou às estudantes que participaram do projeto uma experiência de articulação entre pesquisa e extensão. Além disso, o envolvimento das discentes de comunicação social possibilitou o que no início deste artigo foi sinalizado na definição de extensão como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação [...] entre universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência relatada possibilitou dimensionar a importância da indissociabilidade entre *ensino*, *pesquisa* e *extensão* na formação superior, na medida em que viabilizou uma clara articulação desse tripé. Isso ocorre quando as discentes puderam vivenciar a aproximação com a dinâmica organizativa dessas entidades populares, vislumbrando a

relação teoria-prática de conteúdos teóricos discutidos na graduação, por exemplo, em componente curricular como Classes e Movimentos Sociais; ao desenvolverem a pesquisa da trajetória da CCMCG e identificar, entre outros aspectos, a sua vinculação histórica com o Curso de Serviço Social da UEPB; e ao vivenciarem a troca de saberes que a extensão permite, através não apenas da assessoria, mas das várias atividades desenvolvidas. De acordo com Guerra (2013, p.250), a extensão

[...] nos aproxima das condições de vida e formas de resistência dos sujeitos com os quais trabalhamos e, ainda, nos possibilita uma aproximação da realidade brasileira, especialmente das velhas e novas expressões da chamada “questão social”, elemento central da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Assim, consideramos que a extensão junto à CCMCG trouxe uma efetiva contribuição para o fortalecimento e articulação das práticas associativas locais, bem como para a organização política e a formação dos sujeitos sociais envolvidos, em um contexto no qual se torna cada vez mais necessário e urgente empreender lutas sociais em torno da manutenção e afirmação de direitos sociais, frente ao aprofundamento das contrarreformas neoliberais ocorridas atualmente, as quais têm ocasionado um desmonte sem precedentes dos direitos até então conquistados em nosso país.

O fortalecimento dos vínculos com os movimentos sociais, através do tripé da formação universitária *ensino, pesquisa e extensão* é fundamental para a afirmação do papel social da universidade na construção de uma sociedade mais justa, contrapondo-se à orientação neoliberal, com influência marcante do Banco Mundial, para a educação superior no Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível no site <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 20/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Senado, 1993. Disponível no site <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em 20/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em 01/06/2019.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE. **Estatuto**. Campina Grande, 2009.

FORPROEXT. **Política Nacional de Extensão Universitária do Fórum de Pró-reitores de Extensão**. Brasília: FORPROEXT, 2012.

GUERRA, Y. Formação Profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios. In.: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARRO, K. I. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências em extensão universitária. In.: **Revista Temporalis**. n.22. Brasília: ABEPSS, 2011.

MATOS, M. C. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In.: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs). **Assessoria, consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In.: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classes e movimento social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

OLIVEIRA, M. T. **Democracia primária e experiência associativa - os clubes de mães em campina grande**. 2008.196f. Tese de doutorado-UFPE, Recife, 2008.

\_\_\_\_\_. A contribuição do Serviço Social para o surgimento dos Clubes de mães em Campina Grande. In: FERRIZ, A.F.P.; PATRIOTA, L.M.; SILVEIRA, S.A.S. (Orgs) **O curso de Serviço Social da UEPB: Elementos para uma análise histórica e teórico - metodológica**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

ROMA, C. C. L.; MOREIRA, E. M.; GALIZIA, S.; SANTO, J. E.; CAMILO, J. **ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: A Experiência do Projeto "Assessoria Via Extensão Universitária ESS-UFRJ". II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2016.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: exigências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, R. B. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

SOUZA, F. F. **Conjuntura política e econômica no Brasil (1950-1964): Terreno fértil para o Golpe de 1964**. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/799>. Acesso em: 03/06/2018.

VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Organizadores). **Educação Popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo, Hucitec; João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.